


INFÂNCIA E ANCESTRALIDADE NEGRA: POSSIBILIDADES CONCEITUAIS PARA A CRÍTICA E A PESQUISA SOBRE LITERATURA PARA INFÂNCIAS*

Elizabeth da Penha Cardoso**

 <https://orcid.org/0000-0002-8349-1620>

Como citar este artigo: CARDOSO, E. da P. Infância e ancestralidade negra: possibilidades conceituais para a crítica e a pesquisa sobre literatura para infâncias. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETLT17181>

Submissão: 26 de outubro de 2024. **Aceite:** 21 de novembro de 2024.

Resumo: Este artigo averigua as possibilidades e as implicações do termo “literatura para infâncias” em substituição ao termo “literatura infantil”, com base em estudos e teorias afrocentradas. Para tanto, estão mobilizados os conceitos de *Kindezi* (Fu Ki-Au; Lukondo-Wamba, 2017), quilombismo (Nascimento, 1980), afroperspectiva (Nogueira, 2019) e a obra literária *Aqui e aqui*, de Caio Zero (2023).

Palavras-chave: Literatura para infâncias. Literatura negra. Afroperspectiva. Quilombismo. Literatura infantil.

* O presente artigo é resultado da pesquisa “A poética da literatura infantil brasileira de ancestralidade negra: história, crítica e mediação”, realizada pela professora doutora Elizabeth Cardoso, com financiamento do Edital Pipeq n. 11918/2022, Auxílio à Pesquisa (AuxP) – 2º semestre de 2022, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Bolsa Produtividade do CNPq.

** Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: elizabethpenhacardoso@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nos últimos 50 anos, a crítica literária dedicada à literatura infantil cresceu de maneira exponencial, tanto dentro do ambiente acadêmico, com financiamento de pesquisas, realização de congressos e seminários, quanto nos meios não universitários, como grande imprensa e redes sociais, com dezenas de influenciadores resenhando e indicando livros para as crianças.

Quem é da área sabe que a maioria de trabalhos e falas sobre essa literatura se inicia questionando sua nomeação. Tal indagação está embasada pela situação de desprestígio da literatura infantil e sua crítica tanto na academia quanto no mercado editorial como um todo. Ou seja, na visão geral, assim como escrever para crianças é menos valioso, menos complexo, menos poético, menos interessante do que escrever para adultos, pesquisar literatura infantil é menos relevante que investigações acadêmicas sobre o romance ou a poesia para adultos.

Essa situação marginal, secundária, da literatura infantil, aparentemente, está vinculada ao termo “infantil” que designa seu público: as crianças. Como podemos perceber, elas estão estigmatizadas como seres sem gosto artístico, sem repertório ou leitura crítica, e, desse modo, supostamente, não representam um público apto a consumir arte de qualidade.

Desse pressuposto, iniciou-se um movimento não organizado de questionar o “infantil” e qualificar essa literatura como um produto cultural para todos os públicos e até mesmo aventar a possibilidade de renunciarmos à adjetivação “infantil” e ficarmos apenas como “literatura” e seus gêneros conto, romance, poesia. O que acabou sendo avaliado como uma manobra arriscada, já que o público em questão representa uma grande e lucrativa fatia do mercado editorial, em especial por meio dos editais governamentais para a compra de livros. Esse debate é mundialmente pautado por Hunt (2005), Nikolajeva (2023) e Nodelman (2008), e, nacionalmente, por Coelho (1981), Lajolo e Zilberman (2017), entre outros.

O que nos leva ao segundo campo de questões mais presente na crítica literária sobre a literatura infantil: seus cruzamentos com a educação. A crítica literária dedicada à literatura infantil é ligada às Letras e há uma discussão desse campo com a área da Educação pela primazia da leitura por fruição. Ou seja, supostamente, enquanto os educadores utilizam a literatura infantil como ferramenta de aprendizado, os críticos literários (especialmente os acadêmicos) manejam esse produto no âmbito do prazer estético e cultural. Destaca-se nesse raciocínio, a ideia de exclusão na função do literário, algo como uma crença de que onde há aprendizado não há prazer ou diversão.

O fato é que, recentemente, todo esse campo de reflexão tem levado alguns pesquisadores a questionar o conceito de criança, infância e adultismo (os quais serão explorados mais adiante). No entanto, em todas essas discussões prevalece a normatividade eurocêntrica, branca, de classe média, de raiz cristã-judaica. O mesmo campo cultural e teórico presente nos enredos verbais e visuais da literatura infantil, prioritariamente.

Este artigo discute o fato de tal perspectiva deixar de fora os saberes ancestrais dos povos originários, dos povos africanos, das populações periféricas, das classes sociais menos favorecidas, dos corpos não normativos. E organiza uma

discussão centrada na possibilidade de uma perspectiva afrodescendente estabelecer novos parâmetros sobre os conceitos de infância e criança, os quais nos ajudarão a redesenhar a definição e a função da literatura infantil.

Essa contribuição pretende abranger a crítica literária e a educação antirracista, pois ao mesmo tempo em que superaremos o epistemicídio negro (observando os afrossaberes da tradição e do contemporâneo), indicaremos como a afroperspectiva colabora com o refinamento do debate estético e acadêmico, além do social. Em tempos de educação antirracista, é hora de superarmos o epistemicídio negro (Carneiro, 2023) e darmos atenção ao que a afroperspectiva tem a colaborar com o refinamento desse debate. Para tanto, estão mobilizados os conceitos de *Kindezi* (Fu Ki-Au; Lukondo-Wamba, 2017), quilombismo (Nascimento, 1980), afroperspectiva (Noguera, 2019) e a obra literária do artista-educador, quadrinista e escritor Caio Zero¹, *Aqui e aqui* (2023).

A primeira parte do artigo está dedicada a uma revisão dos principais conceitos de criança e infância que são a base de estudos renomados sobre literatura infantil. A segunda parte apresenta a afroperspectiva e suas contribuições para a redefinição conceitual. E a terceira parte analisa, com ênfase nos modos afropoéticos de representar a criança e a infância, a obra *Aqui e aqui*, de Zero (2023). Nas considerações finais, há uma proposta e uma justificativa para renomear a literatura infantil de literatura para infâncias.

BREVE PANORAMA DA HISTÓRIA E DA CRÍTICA LITERÁRIA SOBRE CRIANÇA E INFÂNCIA

Para benefício da exatidão da argumentação aqui apresentada, é importante revisarmos como a criança e a infância vêm sendo entendidas e representadas na História e na Crítica Literária dedicadas à literatura endereçada ao público infantil.

Começaremos pela História, com base nos estudos de Philippe Ariès (1981) e Elisabeth Badinter (1985). Ambos são estudiosos das mudanças históricas e sociais operadas em torno da ideia de família, mulher/mãe, criança e infância. A perspicácia e vanguarda de suas pesquisas, descobertas e conclusões são fundamentais para nossas pesquisas.

Apoiados em documentos e relatos europeus, em especial de origem francesa, Ariès e Badinter mostram como a criança foi historicamente vista como secundária, marginal, insuficiente e incapaz, alguém que deve amadurecer rapidamente, e como a infância foi sociológica e culturalmente vista como um período de precariedade a ser superado, vencido e, de preferência, esquecido.

Entre os argumentos apresentados por eles, destacamos as considerações de Ariès sobre o mecanismo que destina os restos, os entulhos e os detritos culturais para as crianças, e os apontamentos de Badinter sobre a invenção da infância frágil e débil requisitando das famílias e do Estado um encargo financeiro e pessoal indisponível.

Ariès (1981) lança mão de inúmeros exemplos nos quais as crianças herdavam instrumentos e sistemas de lazer e entretenimento que não interessam mais aos adultos. Até a virada do século XVII para o XVIII, as brincadeiras de roda, pega-

¹ Artista-educador, quadrinista e ilustrador. Carioca, formado na Universidade Federal de Roraima (UFRR), é também autor de *Cavaleiro Macunaíma* (2022), *Dissociação* (2023) e *Rumi* (1996).

-pega ou cabra-cega eram todas passatempo para adultos, que ocasionalmente incluíam as crianças. Jovens e adultos reuniam-se em festas e piqueniques para comerem e brincarem. Com o desenvolvimento do mercado editorial, maior acesso aos romances, ao teatro, aos bailes, e a nascente industrialização e urbanização das sociedades, essas brincadeiras saíram de moda e foram deixadas com as crianças, que as acolheram de bom grado. Fazendo o que sabem fazer de melhor – transformar uma caixa de papelão em uma astronave ultrassônica.

Benjamin é incisivo quando aponta que:

[...] Mesmo quando não imita os utensílios dos adultos, o brinquedo é uma confrontação – e não tanto da criança com o adulto, como deste com a criança. Não são os adultos que dão em primeiro lugar os brinquedos às crianças? E, mesmo que a criança conserve uma certa liberdade de aceitar ou rejeitar essas coisas, muitos dos mais antigos brinquedos (bolas, arcos, cocar, papagaios) lhe são de certa maneira impostos como objeto de culto, que somente graças à sua imaginação se transformaram em brinquedos (Benjamin (2012, p. 268).

Para a criança, o mais importante é o brincar, não o brinquedo. E, ao que parece, para o adulto, o objeto importa sobremaneira. Vamos utilizar como exemplo o uso que os adultos fizeram dos contos de fadas. É sabido que essas narrativas eram lidas e mediadas para os adultos, em especial para os homens em suas salas de fumar, após os jantares e as recepções das altas camadas da sociedade francesa e inglesa (Coelho, 2012), pois os interessava sobremaneira o conteúdo erótico e violento dessas histórias.

Mas, pelo mesmo processo social e econômico que tornou as brincadeiras de roda obsoletas para os adultos, os contos de fadas também perderam seu encanto. Os movimentos literários Romantismo e Realismo têm muito a ver com esse processo, conforme explica Colomer (2003), e essa partilha do sensível, para concordar com Rancière (2005), diz muito sobre a (não) importância que a criança e a infância tiveram e têm na sociedade. De todo modo, nesse caldo cultural complexo dos séculos XVII e XVIII, escritores como os Irmãos Grimm (Jacob [1785-1863] e Wilhelm [1768-1859] Grimm) transformam esse conteúdo em algo endereçado às crianças. Trata-se do primeiro gesto de organização da literatura infantil como nós a conhecemos hoje. Não é por acaso que esse fenômeno é contemporâneo ao movimento de “purificar” a imagem da criança.

Quem conta com detalhes a história desse mecanismo é Badinter (1985). Ela começa retomando Santo Agostinho de Hipona (354-430) e suas pregações sobre a criança ser um ser impuro e o resultado direto do pecado máximo, por isso considerada agente do mal (daí a necessidade do batizado). “Os pedagogos, quase sempre mestres em teologia, recomendam aos pais a frieza em relação aos filhos, lembrando-lhes incessantemente sua malignidade natural, que seria um pecado alimentar” (Badinter, 1985, p. 56). Tal perspectiva, reproduzida e fortalecida por outras vozes importantes à época, torna a criança um incômodo social, moral e financeiro. Nessa toada, os níveis de abandono, fragilidade e mortalidade infantil chegaram a padrões insustentáveis, seja do ponto de vista humano, seja do ponto de vista financeiro (custo para o Estado). Então, iniciou-se toda uma campanha de saúde para que as pessoas assumam os cuidados e a educação de seus filhos, pois o Estado e a Igreja já não conseguiam dar conta das necessidades das crianças abandonadas à própria sorte.

Como parte da estratégia, foi preciso ensinar a sociedade a amar as crianças. Para tanto, seria preciso mudar a imagem delas. Deixar de serem vistas como pequenos demônios que só representavam gastos, doenças e preocupações (má sorte), e passar a entender como são frágeis e débeis, necessitadas de cuidados familiares, da mãe principalmente, e do sistema educacional, também embrião neste momento.

Em consequência, a ideia de fragilidade logo caiu em um campo próximo à ausência de inteligência, como explica Bandinter:

[...] É preciso, portanto, livrar-se da infância como de um mal. O fato de todo homem ter sido antes necessariamente criança é que constitui a causa de seus erros. A criança não só é desprovida de discernimento, não só é dirigida pelas sensações, como, além disso, é banhada pela atmosfera fétida das falsas opiniões. Ela mama, diz Descartes, o preconceito junto com o leite de sua ama. Vejam essas amas ignorantes que ensinam um sem-número de ideias falsas às crianças que estão sob sua guarda! Nunca viram uma ama dizer à criança que se machucou ao cair sobre uma pedra que bata nela, como se a pedra fosse uma pessoa dotada de vontade?

[...] É por isso que Descartes deplora claramente que todo homem tenha de passar primeiro por essa etapa infantil: “porque fomos todos crianças antes de sermos homens... É quase impossível que nossos julgamentos sejam tão puros e sólidos quanto o teriam sido se tivéssemos tido o pleno uso de nossa razão desde o momento do nascimento...”

Ainda aqui, a infância é aquilo de que nos devemos livrar para sermos um homem digno desse nome. Sabemos como Freud inverteu a proposição, proclamando que a criança é o pai do homem. O próprio Descartes talvez lhe tivesse dado razão, mas para lamentá-lo. Essa condição própria da alma vulgar não podia, nem devia, ser a do filósofo (Bandinter, 1985, p. 61-62).

Esses trechos estão presentes no subitem “criança amedrontada”, depois Bandinter ainda fala da “criança estorvo” e discorre amplamente sobre os vários modos e teorias que comprovaram a inferioridade da criança. De toda forma, refizemos esse percurso de maneira breve, porque interessa tê-lo no horizonte apenas para percebermos que não é por acaso que o adjetivo “infantil” para a literatura acaba por desqualificá-la, diminuí-la, reduzindo-a a algo de baixo valor e complexidade. Ou seja, o fenômeno aqui rebaixado não é apenas a literatura infantil, mas sim a criança e a infância. Isso porque a sociedade eurocentrada, de tradição cristã-judaica, considera a criança e a infância como males a serem superados pelo processo de civilização com base na racionalidade e na cientificidade ocidental.

Não é por outro motivo que Agamben (2005) inicia seu argumento sobre a infância contando como o pensamento mágico dos antigos teve de ser aniquilado e massacrado para dar lugar à lógica racional. O filósofo perpassa toda a tradição ocidental para argumentar a relação de infância, linguagem e subjetividade, a fim de prová-la virtualmente presente em todos:

A ideia de uma infância como uma “substância psíquica” pré-subjetiva revela-se então um mito, como aquela de um sujeito pré-linguístico, e infância e linguagem parecem assim remeter uma à outra em um círculo no qual a infância é a origem da linguagem e a linguagem a origem da infância. Mas talvez seja justamente

nesse círculo que devemos procurar o lugar da experiência enquanto infância do homem. Pois a experiência, a infância que aqui está em questão, não pode ser simplesmente algo que precede cronologicamente a linguagem e que, uma certa altura, cessa de existir para versar-se na palavra, não é um paraíso, que, em um determinados momentos, abandonamos para sempre a fim de falar, mas coexiste originalmente com a linguagem, constitui-se aliás ela mesma na expropriação que a linguagem dela efetua, produzindo a cada vez o homem como sujeito (Agamben, 2005, p. 59).

Esse argumento é próximo ao que veremos dentro da afroperspectiva. Sendo assim, vamos verificar as implicações de adotarmos conceitos de criança e infância levando em consideração os saberes e os conhecimentos dos povos africanos. A hipótese aqui defendida é que, nesse contexto teórico e cultural, adotar uma literatura de “infantil” seria a maior láurea que uma obra artística poderia receber.

CONTRIBUIÇÕES DO CONCEITO DE AFROINFÂNCIA PARA OS ESTUDOS LITERÁRIOS

A filosofia africana e afro-brasileira ficou, para a maioria, bloqueada pelo fenômeno que Sueli Carneiro (2023)² nomeia de epistemicídio, processo pelo qual os saberes e conhecimentos africanos foram sistematicamente menosprezados, distorcidos e silenciados pela colonização e pelo racismo. Advém daí a naturalização da universalização de saberes eurocentrados que supostamente tiveram sua raiz na filosofia grega – uma espécie de amálgama do conhecimento que é berço de toda a filosofia ocidental, que por isso mesmo, e de maneira equivocada, é a única que interessa ao nosso sistema educacional, universitário e de pesquisa.

Durante séculos, e ainda hoje, lideranças intelectuais, científicas e artísticas acreditaram nessa crença e a propagaram, construindo categorias, conceitos e análises sem levar em consideração outras epistemologias (africanas, japonesas, árabes, coreanas, indígenas) e gerando o conhecimento (supostamente) universal – conhecimento de perspectiva única que vale de maneira uniforme para todos os povos, todas as culturas, todos os idiomas, todas as localidades, independentemente de suas histórias e vivências.

Pois bem, o processo de epistemicídio negro e de eurocentrismo do conhecimento encontrou terreno fértil nos estudos literários. Teoria literária, literatura comparada e crítica literária nascem, enquanto disciplinas acadêmicas, na primeira metade do século XX. No bojo do Círculo de Viena (Hahn; Neurath; Carnap, 1986) e seus vínculos com o racionalismo europeu, em grande medida, em busca de purismos epistêmicos e literários. Basta lembrarmos o fato de as teorias sobre os estudos comparados terem como base as literaturas italianas, inglesas e francesas, as quais tinham muito a ensinar (servir como modelo) para as demais literaturas, ainda, supostamente, incipientes (Nitrini, 2015).

Da década de 1950 para cá, esse projeto tem sido questionado e desconstruído por escolas críticas, como os estudos culturais de Raymond Williams e colegas, mas ainda assim permanecemos (nós afrodescendentes) mais como objeto

2 Citamos o livro *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser* (2023), mas a definição já constava na tese defendida pela autora em 2005, na Universidade de São Paulo (USP), com o título: *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*.

de pesquisa (enquanto personagem ou tema) do que sujeitos pesquisadores e autores. Apoiados nos trabalhos de intelectuais de outras disciplinas [Abdias do Nascimento (1980); Angela Davis (2017); Aníbal Quijano (2005); bell hooks (1995); Catherine Walsh (2009); Cida Bento (2022); Frantz Fanon (2006; 2008); Grada Kilomba (2020); Kabengele Munanga (2015); Leda Maria Martins (2021); Lélia Gonzalez (1984); Renato Nogueira (2019); Stuart Hall (2003); e Sueli Carneiro (2023), entre outros], o campo das Letras começou, desde a virada para o século XXI, a ter vozes negras ecoando de forma amplificada (existir sempre existiram, apenas não eram ouvidas), como Conceição Evaristo (2012), Edmilson de Almeida Pereira (2022) e Livia Natália (2020).

No entanto, estudos sobre literatura infantil e juvenil ainda persistem colonizados e eurocentrados, salvo exceções como o caso das contribuições de Eliane Debus (2018). Mesmo com a crescente quantidade de pesquisas abordando literaturas negras (na voga da Lei n. 10.639/2003), ainda se percebem embasamentos teóricos prioritariamente eurocentrados. Ou seja, não são literaturas escritas por pessoas negras, sobre temas de seus povos e vivências racializadas, visando a um público racializado e/ou antirracista, mas que recebem um tratamento crítico que ignora as afroperspectivas.

Grande parte desse equívoco crítico é devido à ausência de bibliografia afrocêntrica e pluriversal (Nogueira, 2019; Njeri, 2020) nos cursos de graduação e pós-graduação de Letras, Literatura e Linguística³. Como já citado no resumo e na introdução, este artigo quer contribuir para a mudança desta perspectiva e fazer conhecida a força epistêmica da filosofia africana para nossa área. Ou seja, não se trata aqui de ampliar referências apenas para justificativas acadêmicas-políticas, mas sim de uma efetiva colaboração do saber afrodescendente visando ao aprimoramento de nossas análises e leituras críticas sobre literatura para infâncias, com consequências para a produção artística e editorial desta literatura, assim como para sua mediação escolar (antirracista).

Nesse contexto, leremos a filosofia *Kindezi*, presente nos povos africanos de modo geral e nos Bantu em particular, organizada por Fu Ki-Au e Lukondo-Wamba. Interessa aqui recuperarmos essa reflexão teórica para repensarmos os conceitos de criança e infância, de modo a avançarmos na substituição do termo “literatura infantil” por “literatura para infâncias”.

A ARTE KONGO DE CUIDAR DE CRIANÇAS

A introdução de Marimba Ani para a obra do congolês Fu Ki-Au vai ao encontro da tese aqui defendida. Enquanto na Europa cuidar de uma criança é uma função menor, diminuta e quase um castigo (conforme discutimos no primeiro item), na afroperspectiva, cuidar de criança é uma grande e importante tarefa, justamente porque para esses povos a criança e a infância têm um valor extraordinário, assim como a vida e sua preservação coletiva e ancestral.

Fu Ki-Au está nos trazendo à tona o ponto de vista de que, numa maneira claramente crítica, enquanto a infância é tão desvalorizada na sociedade europeia, a civilização africana é centrada na criança. Isso torna-se claro ao passo que

3 Ressalta-se a ausência dos autores negros e negras na história da literatura infantil brasileira, contada nos trabalhos de referência sobre o tema. Conforme questiona e corrige Cardoso (2023).

*compreendemos a vida humana no contexto espiritual da comunidade: um processo infinito de nascimento, desenvolvimento, transformação e responsabilidade. O bem-estar da comunidade depende da saúde e integração da totalidade, do amadurecimento das pessoas que lhe constituem como membros. Assim, **Kindezi** é uma arte focada não apenas no cuidado dos jovens da sociedade, mas no crescimento do **Ndezi** (o cuidador, aquele que pratica a arte da **Kindezi**). Em outras palavras, ao passo que uma pessoa desenvolve as habilidades da **Kindezi**, desenvolve-se a si mesmo. **Ndezi** deve ajudar o muntu, o “sol vivo” a “brilhar”; e, no processo, ele/ela aprende como “brilhar” com o poder do “sol vivo”. Porque esse processo é contínuo, a maior **Kindezi** (experiência de serviço para a comunidade) descansa com os anciãos (Ani, 2017, [s.p.], grifo nosso).*

A reflexão ativa apresentada por essa secular filosofia africana diz respeito sobre a comunidade dever priorizar e aprimorar constantemente o cuidar, o educar, o conviver com os mais jovens e os mais velhos, em coletividade. É interessante notar que a arte *Kindezi* é muito antiga; no entanto, ela ganhou ainda mais importância com a entrada das mulheres na luta contra o sistema colonial, o qual aprofundou a necessidade de que outros (que não a mãe) cuidassem das crianças, como destaca Ani:

*Por se tratar de um sistema antigo, o **Kindezi** tomou mais importância durante o período em que o povo Bakongo lutava contra o ataque iminente da dominação colonial europeia. As mulheres tiveram que ser liberadas para lutar ao lado de seus homens, muitas vezes liderando a própria comunidade em batalha. A arte de **Kindezi** lhes permitiu fazê-lo sem sacrificar o cuidado e a socialização de seus filhos (Ani, 2017, [s.p.], grifo nosso).*

Já se tem falado sobre o provérbio africano que diz “é preciso uma comunidade para cuidar de uma criança”, mas no *Kindezi* temos aspectos ainda mais abrangentes dessa proposta de coletividade cuidadora. O primeiro destaque é o valor aí incluído, pois não é apenas uma obrigação compartilhada ou uma ajuda incontornável, mas também uma honra. Em segundo lugar, para a arte *Kindezi*, o cuidar envolve aprendizado mútuo, quem protege e educa uma criança está também aprendendo e recebendo proteção. Em terceiro lugar, para os mais velhos, praticar essa arte é um ato terapêutico, pois os auxilia a entender e lidar com suas situações sociais e de saúde física e mental. Segundo a sabedoria Kongo, “*Bukaka rísôngo, Bulênda vônnda* (A solidão é uma doença, pode matar)” (Fu Ki-Au; Lukondo-Wamba, 2017, [s.p.]).

Por fim, em quarto lugar, praticar o *Kindezi* é um modo eficaz de experimentar e propagar a tolerância, pois para cuidar do Outro é preciso sentir empatia por suas necessidades e aflições. Essa arte envolve um processo de aprendizado (*dingo-dingo*) coletivo com implicações fundamentais para o povo, como nos ensina Fu Ki-Au e Lukondo-Wamba:

***Dingo-dingo diena** é um processo pelo qual se descobre o mistério do crescimento humano e atinge a total compreensão da psicologia da criança. Através do cuidado com crianças, uma pessoa aprende a maravilhosa habilidade de ser responsável por outra vida e de como transformar-se através de um novo “padrão de vida”. Um “padrão de vida” é um modelo através do qual os valores culturais são transmitidos de geração em geração. Através de **Kindezi**, os africanos adquirem essa habilidade, uma habilidade que tornou o africano não*

apenas um dos seres mais religiosos da terra, mas também um dos mais humanistas (Fu Ki-Au; Wamba, 2017, [s. p.], grifo nosso).

Há implicações culturais, econômicas e políticas da prática *Kindezi*, que não serão abordadas neste artigo. Por agora, é importante que fique evidente o conceito de infância e de criança que está por trás dessa proposta. Fu Ki-Au explica em outras obras (por exemplo, *Self-Healing Power and Therapy: Old Teachings from Africa* [Poder de autocura e terapia: ensinamentos antigos da África, em tradução livre] que o ser humano é o sol vivo, compreendido como poder e energia eterna. Uma vez na terra, esse sol, essa energia, precisam ser cuidados. *Kindezi* é o cuidar desse sol.

Para os Bântus, em geral, e para os Kôngo, em particular, a chegada de uma criança na comunidade é o nascer de um novo e único “sol vivo”. É de responsabilidade da comunidade como um todo e do Ndezi, em particular, ajudar esse “sol vivo” a brilhar e crescer em seu estágio inicial (Fu Ki-Au; Lukondo-Wamba, 2017, [s. p.], grifo nosso).

Destacamos aqui a ideia de continuidade, de unidade, o “sol”, a vida, que deve ser preservada em todos os estágios que não acabam, mas se sobrepõem, reforçam-se simultaneamente. Daí a importância dos mais velhos nesse cuidar, pois o brilho do sol diz respeito a todos. É nesse sentido que o *Kindezi* não está atrelado a um conceito biológico, etário, passageiro, do que é ser uma criança.

É interessante que Nogueira (2011; 2014; 2015) vem discutindo que, dentro da afroperspectiva, a infância é um sentido:

Infância pode ser lida como uma categoria geracional, isto é, uma fase da vida específica. Porém, nos interessa outra dimensão da infância. A noção de que ela significa um sentido humano, ao lado de olfato, visão, paladar, tato e audição. Infância seria justamente a possibilidade de produção de cosmossensações inéditas diante dos desafios da vida. Entendendo aqui que a categoria cosmossensação sistematizada pela socióloga nigeriana Oyeronke Oyewumi faz contraponto com o conceito mais recorrente de cosmovisão do filósofo estagirita Aristóteles. De volta ao conceito de infância sob as luzes afroperspectivistas, consideramos pertinente afirmar que ele recobre a possibilidade de lançarmos perspectivas inaugurais sobre o mundo, encontrar outras alternativas para questões antigas e recuperar possibilidades pouco frequentadas diante de velhos problemas. A infância é o que torna possível a todos os seres vivos criar novos modos de vida. O que empobrece a vida é justamente a destituição da infância, a saber: o adulescimento. Neste sentido que usamos o verbo “infanciarizar” para não confundir com “infantilizar” – verbo que ressalta somente o caráter geracional da infância. Infanciarizar significa estado de infância em exercício, assumir o mundo como uma surpresa inexplicável e que a existência só é possível como exercício brincante. Dito de outro modo, a única maneira de existir é como sujeito brincante (Nogueira, 2019, p. 63).

Segundo o filósofo, a infância está mais presente em algumas pessoas ou em alguns momentos da vida que em outros, mas que certamente é um sentido, um estado muito presente na criança, apesar de pertencer a todos nós e estar atrelado a nossa força de resistência.

Ressalta-se que, na afroperspectiva, a infância movimenta-se em busca de descobertas significativas. “*Ndaw* significa infância na língua Wolof. O radical

da palavra, *daw*, significa correr, percorrer. Infância remete à ideia de estar em movimento, percorrendo caminhos” (Nogueira, 2019, p. 53). Esse movimento se dá em torno da tradição.

A partir de leituras afrocentradas, o contexto africano se orienta em favor do passado. O que significa buscar na tradição uma alternativa para o presente. Eduardo David Oliveira faz um levantamento interessante em Cosmovisão africana: elementos para uma filosofia afrodescendente. De acordo com Oliveira, o tempo nas sociedades africanas se organiza em torno da tradição. Enquanto, o tempo ocidental se orienta em função do futuro. O que na perspectiva do filósofo significa uma severa diferença de orientação política. Nós aqui interpretamos isso da seguinte maneira, trabalhar em prol de um futuro melhor indica o desejo de nos tornarmos algo que ainda não somos. O esforço de “olhar para trás” significa reconhecer no presente alguma coisa que ainda permanece em todos nós, isto é, a infância (Nogueira, 2019, p. 59).

Essa estrutura contínua, ininterrupta e simultânea fornece a medida da importância da infância e de educar uma criança, pois todos serão afetados pelo gesto de preservação da vida – entendido como tradição, que, nesse contexto, é mais bem nomeado de ancestralidade.

Gostaríamos de dimensionar como tais princípios africanos estão presentes na sociedade afro-brasileira. Pois esse é um questionamento frequente quando nós, intelectuais afro-brasileiros, mobilizamos referências africanas para pensar nossa realidade. A diáspora e a mestiçagem colocam-nos nesse lugar de trânsito em que a mente colonizada quer desvalorizar nossas referências, e a nós mesmos, duvidando da presença de tais tradições deste lado do Atlântico.

Nesse sentido, aproveitamos para retomar a discussão no campo da crítica literária e trazemos a leitura do livro *Aqui e aqui*, de Caio Zero (2023), com o objetivo de percebermos que sua leitura requer bibliografia afrocentrada e que a afroperspectiva está viva, atuante e forte na cultura, no povo afro-brasileiro e em nosso conceito de criança e infância.

AFROINFÂNCIA, KINDEZI, QUILOMBISMO E LITERATURA NEGRA INFANTIL

O livro *Aqui e aqui* (texto verbal e visual) traz um narrador possivelmente já adulto rememorando um momento de sua infância, quando ele, um menino pequeno, de mais ou menos 5 ou 6 anos de idade, investiga um grande mistério que se repetia em seu cotidiano: por que ele dormia em um lugar e acordava em outro? A dedicatória ajuda a compreender a trama:

À minha mãe, que desde sempre instigou em mim a curiosidade e a imaginação; à querida Luzimar, que me acolhia em sua casa, onde pude viver esta afetiva história; e ao meu bairro Bangu, que quando eu ainda era pequeno me trouxe indagações sobre suas casas, suas ruas e sua história (Zero, 2023, p. 3).

Com essas informações iniciais, a obra pode ser inserida no campo da escrivência (Evaristo, 2020), em que a escrita de si é, antes de tudo, a escrita de nós, pois quando fala de si, o escreviente fala de um coletivo. Segundo Evaristo (2020, p. 35), “[...] ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade”.

Exercendo essa característica da escrevivência, que é justamente o aspecto mais importante que a diferencia da autobiografia e da autoficção, Zero (2023) emociona a infância de crianças e adultos ao escrever um livro que é atravessado pelo conceito de infância e criança presente na *Kindezi*:

Kindezi, a arte de cuidar de crianças, é uma das mais importantes responsabilidades divididas tanto por mulheres quanto por homens em uma comunidade Africana. O provérbio seguinte: “Kindezi wasâdulwa; kindezi una sâdila” (‘Alguém cuidou de sua criança, você cuidará da criança de alguém’) tornou-se um mote e pedra angular desta arte. Um/a garoto/garota tem que cuidar de seus irmãos e irmãs mais jovens, enquanto um avô cuida de seu neto. Qualquer pessoa na comunidade – irmão, irmã, primo, avó, tia, tio, amigo, vizinho – pode cuidar de alguma criança da comunidade para que, como diz o provérbio “Kôngo, Mwâna mu ntûnda, zitu kia müntu mosi; ku mbazi, wa babônsono”, que significa: ‘Uma criança no útero de sua mãe é responsabilidade de uma pessoa; uma vez que tenha nascido, ela pertence a todos (na comunidade)’ (Fu Ki-Au; Lukondo-Wamba, 2017, [s. p.], grifo nosso).

Com o mote da criança cuidada pela comunidade atravessando o livro de modo sublinear e latente, o narrador relembra e cria suspense ao contar sua disposição em encontrar a resposta para sua mudança de casa no meio da noite. Ele levanta hipóteses: seria sonambulismo, ou um portal para casa de Luzimar, ou abdução por extraterrestres? Depois, tenta perguntar para o irmão, para o cachorro e até para mãe, mas não consegue respostas. O irmão adolescente dorme o tempo todo, o cão só quer saber de brincar e a mãe está muito ocupada para ouvir suas indagações existenciais.

Até que em uma terceira fase de seu plano, ele resolve fingir que está dormindo e assim presenciar o que acontece durante a noite, para resultar no estranho fenômeno no qual ele dorme “aqui” e acorda “aqui”. O suspense criado por meio do brincar e do experimentar, ações próprias da imaginação e da curiosidade da infância, dá lugar a um desfecho tocante, tanto do ponto de vista social, quanto afetivo e filosófico.

Zero (2023) escreve o texto com palavras e imagens, e zela cuidadosamente pela aventura da leitura de um texto não dito plenamente, o qual depende da entrega do leitor a essa aventura. Assim, a criança leitora se lê, se reconhece; o adulto leitor reencontra suas memórias de infância e de maternagem/paternagem, e todos (res)sentem a força do cuidar coletivo envolvido na infância.

As sequências das páginas 38 a 47 trazem a terceira parte do plano e mostram o menino sendo carregado no colo da mãe, com os olhinhos fechados, em vigília, envolvido por seu cobertor azul-escuro salpicado de estrelas, indo de uma casa para outra (Figura 1).



Figura 1 – Início da sequência que vai até a página 47

Fonte: Zero (2023, p. 38-39).

Essas ilustrações colocam o leitor muito perto desse colo, que parece abraçá-lo também. Ora prevalecem o ponto de vista de cima, ora de perfil, de modo que o rosto do menino aparece de vários ângulos. A proposta de imagens fragmentárias e em superclose entrega ao leitor a sensação de revirar-se que a criança faz quando está sendo carregada e busca uma posição confortável no corpo que a carrega. Ele acompanha esse movimento do corpo do menino no colo da mãe no passar de páginas. Cada cena dá *close* em um enquadramento desse colo. Nas páginas, podemos ver seu rosto, seu cabelo, suas mãos. Tudo muito de pertinho.

Ao final desta sequência, temos três telas (páginas duplas) que mostram a mãe se despedindo do menino dormindo. Depois, ela segue para o ponto do ônibus com seu semblante concentrado de mãe-solo indo garantir o sustento da família, envolta pelo céu noturno, que é também o cobertor de seu filho (Figura 2).



Figura 2 – A mãe a caminho do ponto de ônibus

Fonte: Zero (2023, p. 50-51).

As ilustrações mostram a mãe indo trabalhar, tão cedo, tão de madrugada, que ainda é noite. Essa poderia ser a resposta para como ele chegava à casa onde acordava. Porém, essa é a leitura do adultismo (Nikolajeva, 2023), pois, na sequência das páginas 51 a 63, temos as imagens que mostram o menino já acordado desenhando e comendo um lanchinho com Luzimar (Figura 3).



Figura 3 – Menino lanchando com Luzimar, quando a mãe retorna

Fonte: Zero (2023, p. 58-59).

Sua mãe retorna, abraça-o e leva-o de volta à sua casa. E aí as palavras trazem outra reposta ao enigma. Na página 51, o narrador inicia suas considerações finais: “O que me trazia até aqui [...]” (Figura 2) e conclui na página 63, “[...] era mágica” (Figura 4). Essa é a resposta infantil, criativa, amorosa, mais ampla e completa que a reposta do adultismo (uma vizinha cuida do filho da outra). Na perspectiva infantil, solidariedade, amor, amizade e colinho de mãe são mágicos, ou seja, fenômenos extraordinários, sem explicação racional, fantásticos.

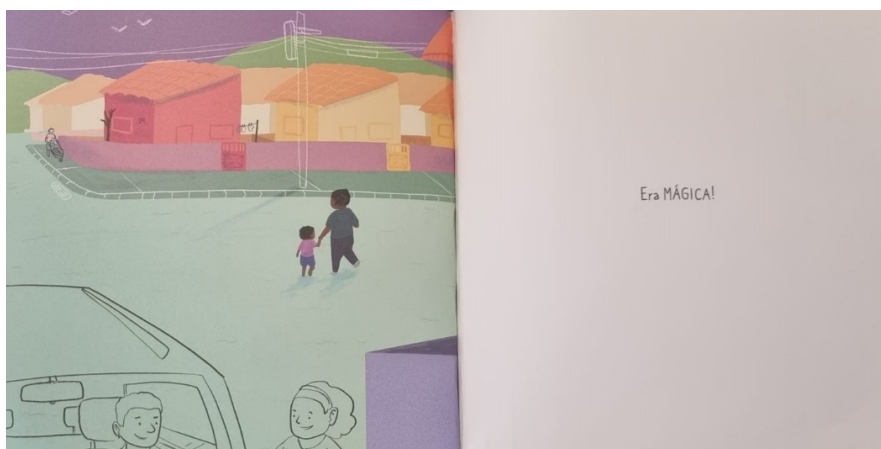


Figura 4 – Mãe e filho caminham pela comunidade

Fonte: Zero (2023, p. 62-63).

Cabe acentuar que a resposta, “mágica”, para o enigma não surge após ele descobrir como chegava à casa de Luzimar (sequência presente entre as páginas 38 e 47), mas sim logo depois de relembrar os momentos na casa dela (Figura 3) e o reencontro com sua mãe (páginas 51 a 63).

O contraste das páginas 62 e 63 apresentam perfeitamente a medida do pensamento mágico/criativo infantil com relação à comunidade. Na página 62, ao lado esquerdo, vemos a imagem de mãe e filho atravessando a rua, voltando para casa, em meio à dinâmica do bairro, o menino de mãos dadas com a mãe olha para ela com admiração. Na página 63, com fundo branco, há apenas a frase “Era mágica!”, em que o adultismo vê cotidiano, o infantil vê milagre.

A magia, o extraordinário e o fantástico aí envolvidos não são apenas a relação mãe e filho, mas sim a relação da criança com sua comunidade (como já estava expresso na dedicatória). Se o narrador nomeia tal fenômeno de “mágica”, Fu Ki-Au e Lukondo-Wamba, de *Kindezi*, Nascimento usa o termo “quilombismo”:

A multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento amplo e permanente. Aparentemente um acidente esporádico no começo, rapidamente se transformou de uma improvisação de emergência em metódica e constante vivência das massas africanas que se recusavam à submissão, à exploração e à violência do sistema escravista. [...] Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da comunidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afochês, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram uma unidade, uma única afirmação humana ética e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira, eu denomino de quilombismo (Nascimento, 1980, p. 255).

Zero (2023) descreve com imagens e palavras sua memória de uma prática política, com a linguagem do afeto e traduz poeticamente as palavras dos filósofos. Em especial, fica evidente a afroinfância. Entretanto, por que essa obra infantil é um livro de ancestralidade negra para infâncias?

Primeiro, porque se trata de literatura negra infantil. Ou seja, o autor é negro, os personagens e o narrador são negros, o livro conta a história de pessoas negras, forma leitores antirracistas e tem uma poética afrocentrada. Adiante, vamos nos demorar mais nestas duas últimas justificativas. Por agora, cabe ressaltar que estamos usando a definição de Duarte (2010) para literatura afrodescendente.

Aqui e aqui forma leitores antirracistas porque, ao mesmo tempo que proporciona ao leitor afro-brasileiro um espaço de representatividade positiva no qual a criança, a família, a comunidade e a infância negras são caracterizadas com beleza, com subjetividade, conforto material, relações pessoais complexas e pacíficas (muito diferente que o normalmente encontrado na literatura infantil), também oferece a todos os leitores a oportunidade de conhecer esses aspectos sempre presentes nas comunidades afrodescendentes e assim superarem as ideias e comportamentos racistas enrustidos em nossa sociedade.

A literatura de Zero traz uma poética afrocentrada na medida em que articula de forma primorosa a estrutura narrativa do livro, mobilizando temas e recursos afrocentrados. Os temas já foram discutidos. Quanto aos recursos, os caminhos e os modos de contar essa história, destacamos as imagens do menino no colo da mãe, em que o leitor fica muito perto desse corpo, que normalmente é evitado e temido pela sociedade (haja vista o genocídio do homem negro), em um ambiente de carinho e paz.

Na página 45, metade da imagem é o cobertor que representa noite e transforma o colo em céu (Figura 5). A outra metade é o perfil do menino pela vista aérea. Sob essa perspectiva, o leitor vê três traços mais identificadores do afro-brasileiro: o cabelo crespo, o nariz arredondado e a cor da pele, com prevalência do cabelo. Tal detalhe é significativo para a criança negra, pois esta é uma das características físicas mais visadas pelo racismo. Em Zero (2023), esse cabelo é representado sem subterfúgios de torná-lo menos crespo, ou camuflado ou motivo de preocupação. Ele (re)existe com sua força e beleza, não apenas abordando o tema, mas no modo que o aborda.



Figura 5 – Menino no colo da mãe, visão aérea

Fonte: Zero (2023, p. 45).

A prevalência da perspectiva da afroinfância também está presente no fato de o narrador nunca se referir ao outro lugar, à outra casa, como “outra”. Ele sabe que são residências diferentes, mas usa a mesma palavra para designá-las, “aqui”, porque em ambos os lugares ele se sente em casa e isso é a afroinfância (*Kindezi* e quilombismo).

Outro exemplo do modo como o autor une afrotemas e afropoéticas está na capa. A capa traz a imagem de um menino afrodescendente em primeiro plano, deitado de barriga para baixo no chão, brincando com algumas peças de madeira de montar casas (outro indício do tema do livro). Se o leitor abrir as páginas, de modo a visualizar capa e contracapa, verá o menino de corpo inteiro (Figura 6). Pés descalços balançando no ar, uma mão apoiando o rosto e uma expressão que indica compenetração na brincadeira, mas ao mesmo tempo uma mente criativa e pensante.

De todo modo, a mensagem geral é de que o protagonista está tranquilamente brincando. Ele é uma criança negra. Sabemos disso pelas ilustrações, pois, em nenhum momento do livro, o autor descreve o menino ou quaisquer outros personagens como negros, pretos ou pardos.



Figura 6 – Capa e contracapa abertas

Fonte: Zero (2023).

Ora, a opção por designar a raça dos personagens por meio das imagens é muito interessante, pois a iconografia da criança negra no Brasil é majoritariamente da criança negra trabalhando, escravizada, humilhada, indicando uma infância de abuso, pobreza e carência. Em Zero (2023), percebemos várias ilustrações de uma criança negra brincando, em segurança, alimentada e cuidada, cercada de afeto. Algo raro na literatura infantil brasileira, porque mesmo os livros que são lidos como antirracistas (*Menina bonita do laço de fita*, de Ana Maria Machado [Ática, 1995], por exemplo) são racistas ao apresentarem a criança negra de forma animalizada, marginalizada, inferiorizada por informações sociais e físicas, por meio de imagens e palavras.

Se enfocarmos a ambientação social do livro, percebemos que o autor rompe novamente com a tradição eurocentrada da literatura infantil brasileira e, em vez de idealizar uma infância de classe média, heteronormativa, patriarcal, higienizada da luta de classe e dos desafios cotidianos que os brasileiros da periferia passam todos os dias, ele pinta o retrato da vida da maioria das crianças brasileiras que crescem em meio à luta diária de suas mães solo, que se desdobram para garantir a elas uma infância com segurança afetiva e material.

Interessante notar que todos os detalhes são aproveitados para reforçar a mensagem de se tratar de um território afrodescendente. Na cena apresentada na Figura 7, o menino está feliz, bem à vontade, pés no chão, aguardando suas plantas. As folhas presentes remetem às tradições e sabedorias medicinais envolvendo folhas e ervas. Destaques para o comigo-ninguém-pode e a espada-de-são-jorge, plantas de proteção ao lugar.

A janela é ornamentada com grades que assumem o formato da *Adinkra Sankofa Duo*, uma variação da *Adinkra Sankofa*, que representa o encontro entre o passado e o presente, a ponte para construir um futuro, sob a forma de um coração.

Note-se que, do lado oposto, temos quadros e retratos fazendo presentes pessoas ausentes na cena. No texto verbal, a ambiguidade da frase: “Todo dia era assim...”, que, lida no contexto, será completada com a ideia da repetição do enigma, mas que, isolada, reafirma o cotidiano de cuidados que a criança e a infância têm com seu lugar, sua tradição, sua ancestralidade.



Figura 7 – Menino aguando plantas

Fonte: Zero (2023, p. 10-11).

Os textos verbal e visual de Zero compõem uma literatura delicada que, por meio da poeticidade, sensibiliza a mensagem social e protagoniza o amor e a solidariedade como a manta que une e protege a sociedade. É interessante como, em *Aqui e aqui*, a filosofia *Kindezi* faz-se presente, seja na imagem da *ndezi*/Luzimar, seja na valorização do processo do cuidar (*dingo-dingo*) destacado nas ilustrações, ou na função do *sandalú* (“o lugar de aprender”) com as imagens do menino estudando enquanto brinca.

O Kindezi só pode ser percebido e compreendido através do contexto social da comunidade, que serve como arte e uma grande responsabilidade social. É através do papel que Kindezi desempenha na comunidade que se pode apreciar a sua importância no dingo-dingo (processo) de moldar padrões sociais africanos. A qualidade e a personalidade do ndezi/babá influenciam a qualidade e a personalidade da criança no sâdulú e na comunidade também. Uma vez que é o ndezi com quem a criança permanece o dia inteiro, o futuro da criança refletirá muito a imagem de seu ndezi, o principal formador de sua personalidade. Este é o impacto de Kindezi, a arte de cuidar da criança, não apenas sobre a criança, mas sobre a própria sociedade (Fu Ki-Au; Lukondo-Wamba, 2017, [s. p.]).

O narrador de Zero preserva e vive sua infância assegurada pela comunidade e fala de si para dizer de todos que ali estiveram e estão, unindo adultos e criança no estado da infância, da afroinfância. Aqui, importam tanto a história apresentada quanto como ela foi contada: utilizando amplamente recursos poéticos da palavra e da imagem para sobrepor camadas sociais, subjetivas e estéticas

que juntas emocionam, sendo ao mesmo tempo um documento sobre cuidar de uma criança e uma poesia que amplia os sentidos e significados das infâncias ao visibilizar a afroinfância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O argumento desenvolvido no presente artigo apresentou as bases históricas da construção e transformação do conceito de criança e infância na chave do que é inferior e precário, para depois contrapor uma visão afrocentrada que valoriza a criança e a infância, e, por fim, analisou uma obra de literatura de ancestralidade negra para infâncias que mobiliza vários dos aspectos teóricos e históricos mencionados.

Seu objetivo principal foi destacar que a pesquisa, a leitura, a crítica afrocentrada levam a reconhecer que o adjetivo “infantil” é um elogio à literatura, reafirmando a importância do sujeito-criança para nossa sociedade e o valor da infância em nós como estado de criatividade, invenção, memória e ancestralidade.

Infer-se que os Estudos Literários dedicados ao gênero literatura infantil devem ampliar suas leituras conceituais e literárias com obras afrocentradas, e superar a imagem negativa da criança e da infância para poder acessar todos os ensinamentos e encantamentos que a literatura infantil agrega a todo o sistema literário, em especial a literatura de ancestralidade negra para infâncias.

Nesse sentido, sugere-se a renomeação desse gênero literário para “literatura para infâncias”, no plural, de modo a abarcar todos os modos de ser crianças e as infâncias filosóficas (Agamben, 2005; Noguera, 2019), aquelas vinculadas ao estado de criação, imaginação e invenção que pertence a todos, independentemente da idade cronológica.

Nesse contexto, lemos a obra *Aqui e aqui*, de Caio Zero (2023), mobilizando referências africanas e afrodescendentes. Esse movimento de encontro entre escritores, obras e crítica negros opera pelo fim do epistemicídio negro no sistema literário brasileiro. Logo, com uma literatura para infâncias antirracista, o sistema literário beneficia-se de uma crítica e de uma pesquisa antirracista, que no seu exercício de (re)existência amplia categorias e conceitos filosóficos, sociológicos e poéticos potencializando a perspectiva epistemológica para todos os pesquisadores. Esse processo pode promover uma sociedade mais justa para e com nossas crianças e infâncias.

CHILDHOOD AND BLACK ANCESTRY: CONCEPTUAL POSSIBILITIES FOR CRITICISM AND RESEARCH INTO LITERATURE FOR CHILDHOODS

Abstract: The article investigates the possibilities and implications of the term literature for children as a replacement for the term childhood’s literature, based on Afro-centered studies and theories. For this purpose, the concepts of *Kindezi* (Fu Ki-Au; Lukondo-Wamba, 2017), quilombismo (Nascimento, 1980), afroperspective (Noguera, 2019) and the literary work of Caio Zero, *Aqui e aqui* (2023) are mobilized.

Keywords: Childhood’s literature. Black literature. Afroperspective. Quilombismo. Literature for children.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ANI, M. Uma introdução para *KINDEZI*: a arte Kongo de cuidar de crianças de K. Kia Bunseki Fu Ki-Au e A.M. Lukondo-Wamba. In: FU KI-AU, K.K.; LUKONDO-WAMBA, A. M. *KINDEZI*: a arte Kongo de cuidar de crianças. Tradução Mo Maiê. Salvador: Rede Africanidades, 2017. p. xx-ss.
- ARIËS, P. *História social da criança e da família*. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Série Obras Escolhidas, v. 1).
- BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: jun. 2025.
- CARDOSO, E. Escurecimentos literários: autoria de ancestralidade negra na fundação da literatura infantil brasileira. *ODEERE*, Jequiê, v. 8, n. 1, p. 106-118, 2023. Disponível em: [10.22481/odeere.v8i1.12396](https://doi.org/10.22481/odeere.v8i1.12396). Acesso em: 24 abr. 2024.
- CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- COELHO, N. N. *A literatura infantil: história, teoria, análise (das origens orientais ao Brasil de hoje)*. São Paulo: Quíron, 1981.
- COELHO, N. N. *O conto de fadas: símbolos, mitos, arquétipos*. São Paulo: Paulinas, 2012.
- COLOMER, T. *A formação do leitor literário: narrativa infantil e juvenil atual*. São Paulo: Global, 2003.
- DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DEBUS, E. *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens*. São Paulo: Cortez, 2018.
- DUARTE, E. A. Por um conceito de literatura afro-brasileira. *Terceira Margem*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 23, p. 113-138, jul./dez. 2010.
- EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-48.
- EVARISTO, C. África: âncora dos navios de nossa memória. *Via Atlântica*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 159-166, 2012.

- FANON, F. *Os condenados da terra*. Tradução Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FU KI-AU, K. K. B.; LUKONDO-WAMBA, A. M. *KINDEZI: a arte Kongo de cuidar de crianças*. Tradução Mo Maiê. Salvador: Rede Africanidades, 2017.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- HAHN, H.; NEURATH, O.; CARNAP, R. A concepção científica do mundo: o círculo de Viena. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, série 1, v. 10, 1986.
- HALL, S. A questão multicultural. In: HALL, S. *Da diáspora*. Organização e tradução de Liv Sövik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 51-101.
- HOOKS, B. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.
- HUNT, P. *Crítica, teoria e literatura infantil*. Tradução Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. São Paulo: Cobogó, 2020.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *Literatura infantil brasileira: uma nova/outra história*. Curitiba: PUCPRESS/FTD/Grupo Marista, 2017. (História e Histórias).
- MACHADO, A. M. *Menina bonita do laço de fita*. São Paulo: Ática, 1995.
- MARTINS, L. M. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. São Paulo: Cobogó, 2021.
- MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 62, p. 20-31, dez. 2015.
- NASCIMENTO, A. *O quilombismo: os documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NATÁLIA, L. Intelectuais escrevintes: enegrecendo os estudos literários. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). *Escrevivência: a escrita de nós*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação & Arte, 2020. p. 1-21.
- NIKOLAJEVA, M. *Poder, voz e subjetividade na literatura infantil*. Tradução Camila Werner. São Paulo: Perspectiva, 2023.
- NITRINI, S. M. *Literatura comparada: história, teoria e crítica*. São Paulo: Edusp, 2015.
- NJERI, A. Reflexões artístico-filosóficas sobre a humanidade negra. *Ítaca*, Rio de Janeiro, n. 36, 2020. Edição Especial – Filosofia Africana.
- NODELMAN, P. *The hidden adult: defining children's literature*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.
- NOGUERA, R. Denegrindo a filosofia: o pensamento como coreografia de conceitos afroperspectivistas. *Griot: revista de filosofia*, Cruz das Almas, v. 4, n. 2, p. 1-19, dez. 2011.
- NOGUERA, R. Infância em afroperspectiva: articulações entre *sankofa*, *ndaw* e *terrixistir*. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, Brasília, DF, n. 31, p. 53-70, maio/out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/resafe.vi31.28256>. Acesso em:

PEREIRA, E. de A. *Entre Orfe(x)u e Exunouveau*: análise de uma estética de base afrodiaspórica na literatura brasileira. São Paulo: Fósforo, 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. (Colección Sur Sur).

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental; 34, 2005.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

ZERO, C. *Aqui e aqui*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2023.